

**LEI Nº 3.773, DE 05 DE ABRIL DE 2023**

**Revogada pela Lei nº. 3.904/2024**

**~~AUTORIZA A CONCESSÃO INDIVIDUALIZADA DE USO DE BENS PÚBLICOS LOCALIZADOS NO GINÁSIO DE ESPORTES "VICTOR EMANUEL ALCURI", EM CONFORMIDADE COMO ART. 35, §1º, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.~~**

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.~~

~~**Art. 1º.** Fica autorizada a Concessão individualizada de Bens Públicos localizados no Ginásio de Esportes "VICTOR EMANUEL ALCURI", em conformidade com o art. 35, §1º, da Lei Orgânica do Município de Alegre.~~

~~**Parágrafo único.** Fica o Executivo Municipal autorizado a ceder o espaço físico mencionado no caput, mediante permissão ou autorização de uso, nos termos definidos na presente Lei.~~

~~**Art. 2º.** Os bens a que se refere o Art. 1º desta Lei são os seguintes:-~~

~~**I**— 01 (uma) cantina de 11,48 m²;~~

~~**II**— 01 (uma) cantina de 20,50 m²;~~

~~**Art. 3º.** A Concessão de Uso dos espaços físicos localizados no Ginásio de Esportes de Alegre-ES, serão destinados a fins comerciais no ramo de RESTAURANTE, LANCHONETE E BAR.~~

~~**Art. 4º.** Estarão aptos a participar do prévio certame licitatório antecedente à concessão de uso o microempreendedor individual ou pessoa jurídica devidamente legalizados que obedecerem a todas as condições e exigências estabelecidas na Lei 8.666/93 ou outra que vier a lhe suceder.~~

~~**Art. 5º.** A concessão de uso de que trata esta Lei terá por prazo 02 (dois) anos, renovável por mais 02 (dois).~~

~~**Art. 6º.** As condições de utilização dos bens públicos objeto da presente concessão serão regulamentadas em Decreto a ser expedido em 60 (sessenta) dias da publicação da presente Lei.~~

~~**Art. 7º.** A Concessão de Uso dos bens públicos de que trata esta Lei ocorrerá mediante a modalidade licitatória "Concorrência Pública" para Melhor Oferta, cujo edital estabelecerá valor mínimo para participação, valor mensal de remuneração e todas as demais condições e exigências legais previstas na Lei 8.666/1993 ou outra que vier a lhe suceder.~~

~~**Art. 8º.** No caso de extinção, mudança de atividades, ou qualquer outra conduta que implique no desvio da finalidade da lei, observado o descumprimento no contrato de concessão de uso, o bem individualizado objeto da concessão se findará, retornando o bem concedido à Administração Pública Concedente, sem direito a indenização por qualquer benfeitoria útil, voluntárias ou necessárias nele realizado.~~

**~~Art. 9º.~~** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Alegre/ES, 05 de abril de 2023.

**NEMROD EMERICK - Nirrô**  
**Prefeito Municipal**